



ANAIS

**XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

XI Colóquio Nacional Cultura e Poder

**X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

GT -4 - RELIGIÃO NO MUNDO ANTIGO E MEDIEVAL

UMA CRÍTICA À TEORIA MITICISTA DE RICHARD CARRIER E EVIDÊNCIAS DA EXISTÊNCIA HISTÓRICA DE JESUS

Bruno dos Santos Queiroz (UFU) ¹

Resumo: Este artigo tem como foco principal a crítica à Teoria Miticista, particularmente à sua formulação por Richard Carrier. A pesquisa propõe aprofundar o debate sobre a historicidade de Jesus, trazendo objeções aos argumentos de Carrier e apresentando evidências que sustentam a existência de um líder religioso no século I, a saber, Jesus de Nazaré. A metodologia empregada consiste em uma análise histórico-crítica de fontes primárias e secundárias, incluindo escritos de historiadores como Flávio Josefo e Tácito, além de documentos cristãos antigos, como as epístolas paulinas e a Fonte Q. A fundamentação teórica se baseia em estudos que demonstram a fragilidade dos supostos paralelos entre Jesus e mitos pagãos, bem como a validade das evidências históricas para a existência de Jesus. O objetivo é demonstrar que a ausência de registros contemporâneos ou a presença de elementos míticos nos Evangelhos não são suficientes para negar a historicidade de Jesus. Como contribuições esperadas, o trabalho busca reafirmar a existência histórica de Jesus como um campo legítimo de investigação.

Palavras-Chaves: Jesus. Historicidade. Miticismo. Richard Carrier.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar e criticar a Teoria Miticista de Richard Carrier, corrente interpretativa que defende a inexistência histórica de Jesus de Nazaré, sustentando que sua figura teria sido a “historicização” de uma figura mítica, isto é, que Jesus era um ser celestial da literatura mítica que foi gradualmente pensado como tendo existido historicamente. Embora o misticismo, tese que nega a existência histórica de Jesus de Nazaré, permaneça marginal no campo acadêmico contemporâneo, ela continua a encontrar defensores que buscam legitimá-la a partir de diferentes abordagens, entre os quais se destacam Richard Carrier (2014), Joseph Atwill (2011), Robert Price (2011), Stephen Law (2011), Earl Doherty (2005) e Randel Helms (1988). O presente estudo concentra-se particularmente nos argumentos de Richard Carrier, considerado atualmente o principal expoente do miticismo, dada a abrangência de sua proposta metodológica e a repercussão de suas publicações nesse debate.

De modo geral, os argumentos miticistas se apoiam em dois eixos principais: (a) a suposta ausência de registros contemporâneos que comprovem a existência de Jesus, e (b) a alegação de que sua figura apresentaria paralelos significativos com divindades de mitos pagãos, como Osíris e Hórus. Contudo, conforme será demonstrado ao longo desta análise, tais objeções apresentam fragilidades decisivas. A ausência de registros contemporâneos não pode

¹ Psicólogo e Doutorando em Filosofia – UFU/CAPES. E-mail de contato:bruno.queiroz@ufu.br

ser tomada como evidência de inexistência, uma vez que o contexto histórico do século I na Palestina não favorecia a preservação de informações sobre líderes religiosos itinerantes e movimentos marginalizados. Do mesmo modo, os supostos paralelos com mitos pagãos não resistem a uma análise comparativa criteriosa, revelando-se frequentemente forçados, anacrônicos e baseados em interpretações seletivas das fontes disponíveis.

Ademais, é preciso destacar que a associação de elementos míticos à figura de Jesus não implica, por si só, a negação de sua historicidade. A incorporação de motivos literários ou teológicos em narrativas antigas não é incomum e não elimina a possibilidade de um núcleo histórico autêntico que serviu de base à construção posterior da cristologia. Nesse sentido, a crítica ao miticismo deve considerar não apenas os limites de seus pressupostos metodológicos, mas também a plausibilidade histórica de tradições independentes que remetem a Jesus como personagem real.

Para sustentar essa perspectiva, este estudo apresentará evidências históricas relevantes, com destaque para as referências encontradas em autores não cristãos, como Flávio Josefo e Tácito. Embora não sejam contemporâneos de Jesus, seus testemunhos constituem fontes valiosas, uma vez que confirmam tanto a existência de sua figura quanto aspectos centrais de sua trajetória, como a execução sob o governo de Pôncio Pilatos. Além dessas menções externas, também serão examinadas as tradições cristãs independentes, entre elas as cartas paulinas autênticas e a chamada Fonte Q, que fornecem documentação de caráter precoce e múltiplo, reforçando a historicidade de Jesus de Nazaré.

Portanto, o objetivo central deste artigo consiste em demonstrar que a Teoria Miticista, em especial na formulação de Richard Carrier, não oferece fundamentos suficientes para negar a existência histórica de Jesus. Ao contrário, a análise das fontes disponíveis, conduzida por meio de uma abordagem histórico-crítica, permite reafirmar a pertinência da investigação sobre Jesus como líder religioso do século I, cuja atuação deu origem ao movimento cristão. Assim, longe de se configurar como um mito inventado, a figura de Jesus permanece como objeto legítimo e fecundo de estudo histórico.

MÉTODO

A metodologia adotada neste estudo consiste na análise histórico-crítica de fontes primárias e secundárias, com ênfase na reconstrução e interpretação do contexto histórico do Jesus histórico (Theissen, 2002). Este procedimento permite confrontar os relatos existentes,

avaliar sua confiabilidade e estabelecer uma base consistente para a discussão teórica. A escolha da análise histórico-crítica justifica-se por sua capacidade de articular evidências documentais com interpretações historiográficas, oferecendo um exame rigoroso da historicidade dos eventos e personagens analisados (Meier, 1991; Sanders, 1993).

As fontes a serem examinadas incluem escritos de historiadores não cristãos, como Flávio Josefo e Tácito, que oferecem registros externos ao cristianismo primitivo e fornecem parâmetros independentes para a avaliação da existência de Jesus. Além disso, serão analisados documentos cristãos antigos, como as cartas paulinas e a Fonte Q, que constituem registros internos à tradição cristã e permitem compreender a formação das narrativas sobre Jesus (Ehrman, 1999; Kloppenborg, 1987). A combinação dessas fontes possibilita uma abordagem comparativa, destacando convergências e divergências entre testemunhos contemporâneos ou quase contemporâneos.

A fundamentação teórica apoia-se em pesquisas sobre o Jesus Histórico. Essa abordagem teórica permite situar a discussão sobre o Jesus histórico dentro de um debate mais amplo, em que a crítica às comparações mitológicas é essencial para a avaliação da Teoria Miticista.

A análise e interpretação dos dados seguiu um procedimento sistemático: primeiro, cada fonte foi examinada individualmente quanto à autenticidade, contexto histórico e conteúdo narrativo; em seguida, os dados foram comparados, buscando padrões de consistência e coerência histórica. Por fim, foi realizada uma interpretação crítica, confrontando as evidências documentais com os argumentos apresentados pelos defensores da Teoria Miticista, especialmente Richard Carrier (2014), destacando pontos de fragilidade e inconsistências. Esse processo permitirá sustentar uma conclusão fundamentada sobre a historicidade de Jesus, baseada em critérios metodológicos rigorosos e na avaliação crítica das fontes disponíveis.

A TEORIA MITICISTA

A Teoria Miticista propõe que Jesus não foi uma figura histórica real, mas sim um mito construído ao longo do tempo (Carrier, 2014). Embora tenha seguidores, essa perspectiva é considerada marginal na academia moderna. Carrier (2014), por exemplo, sugere que Jesus começou como uma figura mitológica celestial e foi progressivamente historicizado, à medida

que se incorporaram narrativas mais próximas de um contexto histórico. Atwill (2011), por outro lado, defende que Jesus foi uma invenção política dos imperadores romanos Tito e Vespasiano, criada com o objetivo de controlar as revoltas judaicas e legitimar a dominação imperial.

Os argumentos miticistas frequentemente apontam semelhanças entre Jesus e divindades pagãs e enfatizam a ausência de registros contemporâneos sobre sua vida (Doherty, 2005). No entanto, tais comparações são altamente problemáticas, pois muitas analogias entre Jesus e mitos pagãos são forçadas ou pouco fundamentada. Um exemplo frequentemente citado é a alegação de paralelos entre Jesus e Osíris, especialmente em relação à morte e ressurreição (Price, 2003). No entanto, essas comparações carecem de correspondência factual: não há registro histórico de eventos que conectem diretamente a narrativa de Osíris à de Jesus.

Um documentário popular, *Zeitgeist*, apresenta uma lista de figuras mitológicas que supostamente nasceram de uma virgem em 25 de dezembro, tiveram 12 discípulos e morreram, ressuscitando ao terceiro dia. É importante destacar que tais afirmações carecem de base histórica, pois não existem registros confiáveis de mitos antigos que compartilhem essas características com Jesus. Embora representações de Cristo, especialmente a partir do segundo século da Era Cristã, possam ter incorporado elementos mitológicos, isso reflete mais o desenvolvimento teológico e artístico do que a inexistência histórica do personagem (Meier, 1991). Assim, os paralelos entre Jesus, Hórus ou Osíris são em grande parte forçados, e a presença de elementos míticos na tradição cristã não invalida necessariamente a historicidade de Jesus.

Outro argumento recorrente dos miticistas é a ausência de menções contemporâneas a Jesus em registros gregos, romanos ou judaicos (Doherty, 2005; Carrier, 2014). Para esses autores, a falta de documentação seria um indício de que Jesus nunca existiu. Entretanto, tal ausência é explicável dentro do contexto histórico: Jesus e seu movimento eram pequenos e marginalizados no primeiro século, o que torna improvável que escritores ou historiadores contemporâneos tivessem registrado sua existência (Ehrman, 1999; Meier, 1991).

Finalmente, os relatos dos Evangelhos são frequentemente criticados por conterem elementos miraculosos, teológicos ou propagandistas (Ehrman, 1999). Contudo, mesmo que esses textos incluam passagens exageradas ou narrativas com intenção teológica, ainda é

possível identificar resquícios de eventos históricos reais. Os Evangelhos podem ter sido construídos com uma perspectiva apologética, mas preservam informações sobre um Jesus histórico que deu origem e inspirou o movimento cristão (Meier, 1991).

REFUTAÇÃO À TESE DE RICHARD CARRIER

6

Como considerado, Richard Carrier argumenta que Jesus teria sido originalmente uma figura mitológica, posteriormente historicizada, sendo o apóstolo Paulo apresentado como alguém que encarava Jesus apenas como um ser celestial sem existência histórica concreta (Carrier, 2014). No entanto, essa hipótese revela-se profundamente frágil, pois ignora o contexto e os objetivos específicos das epístolas paulinas. Paulo não se interessa por narrar a vida terrena de Jesus de forma detalhada, uma vez que suas cartas tratam prioritariamente de questões eclesiais e de orientação pastoral para comunidades cristãs emergentes.

Diversas passagens das epístolas indicam que Paulo acreditava na existência histórica de Jesus. Por exemplo, ele se refere a Tiago como “irmão do Senhor” em Gálatas 1:19 (Paulo, c. 50 d.C.). A interpretação de que “irmão do Senhor” significaria apenas “irmão na fé” é insuficiente, pois o texto claramente designa Tiago como irmão de Jesus, não em sentido espiritual, mas como irmão biológico. Além disso, o próprio historiador Flávio Josefo também identifica Tiago como “irmão de Jesus”, reforçando a leitura histórica dessa referência (Josefo, 1996, *Antiguidades Judaicas* 20.9.1). O Evangelho de Marcos, por sua vez, menciona “sua mãe e seus irmãos”, indicando que Jesus possuía irmãos filhos de Maria (Marcos 6:3, c. 70 d.C.). A teoria de que esses irmãos seriam primos ou parentes distantes surgiu apenas posteriormente, sendo formulada por Jerônimo no século IV (Jerônimo, 383).

Paulo também enfatiza a descendência judaica de Jesus, afirmando que ele era descendente de Davi “segundo a carne”: “e de quem procedeu Cristo segundo a carne: Deus, que é sobre todos, seja bendito para sempre. Amém” (Romanos 9:5, 57d.C.). Tal declaração evidencia que Paulo reconhecia a identidade histórica e humana de Jesus, situando-o dentro da linhagem judaica e conectando-o a um contexto cultural e histórico concreto.

Embora Paulo cite um antigo credo cristão que apresenta Jesus como pré-existente antes de encarnar como humano (Filipenses 2:5-8, 57 d.C.), ele deixa claro nesse mesmo hino que Jesus nasceu como ser humano, viveu e morreu na cruz: “Tenham entre vocês o mesmo modo de pensar que houve também em Cristo Jesus. Ele, embora existisse na forma de Deus, não considerou um tesouro a ser retido a igualdade com Deus. Mas esvaziou-se a si mesmo, assumindo a forma de servo, tornando-se semelhante aos homens”. Essa nuance indica que a preexistência celestial de Jesus, para Paulo, não nega a historicidade de sua vida terrena, mas complementa a compreensão teológica de sua natureza divina e humana.

Carrier (2014) também sustenta que a ideia de Jesus como ser celestial já estaria presente em Filo de Alexandria, na figura do Logos, sugerindo que uma conexão direta entre o Logos e Jesus seria anterior ao cristianismo (Carrier, 2014). Contudo, esse argumento não se sustenta, pois, a doutrina do Logos é um desenvolvimento posterior, consolidado apenas no início do século II, enquanto os evangelhos e as epístolas paulinas tratam Jesus primeiramente como ser humano histórico (Kloppenborg, 1987; Meier, 1991). Paulo, inclusive, nunca usa o termo ‘Logos’ para se referir a Jesus, evidenciando que tal associação ainda não era corrente nas primeiras décadas dos movimentos de Jesus (Paulo, c. 50-57 d.C.). Além disso, a figura mencionada nos textos de Filo que Carrier (2014) associa a Jesus provavelmente se refere a Josué (*Yehoshua*), sendo ‘Jesus’ apenas a forma grega abreviada do nome hebraico (Filo, c. 20 a.C. – 50 d.C.).

Outro ponto de Carrier (2014) é a alegação de que religiões surgem de experiências visionárias ou alucinações, e que Jesus seria um exemplo de figura criada por visões subjetivas dos primeiros cristãos. Essa perspectiva é anacrônica e problemática, pois diagnosticar experiências religiosas do passado com critérios modernos de psicopatologia é cientificamente insustentável. A tentativa de explicar a origem de Jesus como fruto de alucinações não apenas carece de evidências, como revela um viés interpretativo que parece ocultar um preconceito psicopatologizante no que diz respeito a experiências religiosas.

Em suma, a tese de Carrier apresenta fragilidades metodológicas significativas: ignora a historicidade das referências de Paulo, subestima o contexto cultural e judaico de Jesus e recorre a suposições sobre experiências visionárias que não podem ser verificadas historicamente. A análise crítica mostra que, mesmo considerando elementos teológicos ou

míticos nas narrativas, há fortes indícios de que Jesus existiu como figura histórica real, sendo Paulo um dos principais testemunhos de sua historicidade.

EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS DA EXISTÊNCIA DE JESUS

Contrariando a Teoria Miticista, há diversas evidências históricas que apontam para a existência de Jesus de Nazaré (Meier, 1991; Ehrman, 1999). Entre as principais fontes externas destacam-se os historiadores Flávio Josefo, judeu do século I, e Tácito, romano do início do século II, cujos relatos fornecem testemunhos independentes sobre Jesus e o movimento cristão inicial.

Flávio Josefo menciona Jesus em duas passagens de suas *Antiguidades Judaicas*. A primeira é o chamado *Testemunho Flaviano*, que descreve Jesus como um “homem sábio”, autor de obras notáveis, capaz de atrair seguidores entre judeus e gentios, e condenado à cruz por Pôncio Pilatos. Embora algumas expressões, como “ele era o Cristo” e a referência à ressurreição ao terceiro dia, sejam provavelmente interpolações cristãs posteriores, elementos do texto, como a designação “homem sábio” e a referência a Tiago como “irmão de Jesus”, sugerem um núcleo histórico autêntico.

O Testemunho Flaviano afirma:

Havia neste tempo Jesus, um homem sábio [se é lícito chamá-lo de homem, porque ele foi o autor de coisas admiráveis, um professor tal que fazia os homens receberem a verdade com prazer]. Ele fez seguidores tanto entre os judeus como entre os gentios [Ele era o Cristo]. E quando Pôncio Pilatos, seguindo a sugestão dos principais entre nós, condenou-o à cruz, os que o amaram no princípio não o esqueceram [porque ele apareceu a eles vivo novamente no terceiro dia; como os divinos profetas tinham previsto estas e milhares de outras coisas maravilhosas a respeito dele]. E a tribo dos cristãos, assim chamados por causa dele, não está extinta até hoje (Josefo, 1996, *Antiguidades Judaicas* 18.3.3, tradução minha)

A posição mais aceita na academia é que o texto sofreu interpolação cristã, mas que é possível distinguir o vocabulário cristão, como a referência a Jesus como Cristo e à ressurreição, do vocabulário original de Josefo, que se refere a Jesus como “homem sábio” e a Tiago como “irmão de Jesus” (Meier, 1991). Essa análise detalhada, considerando estilo, vocabulário e coesão narrativa, sustenta a plausibilidade histórica da menção a Jesus.

A segunda referência de Josefo ocorre em *Antiguidades Judaicas* 20.9.1, que relata a execução de Tiago, denominado “irmão de Jesus, o chamado Cristo” (Josefo, 1996). Diferentemente do Testemunho Flaviano, esta passagem é amplamente considerada autêntica, por não apresentar indícios de interpolação cristã. A menção de Tiago como irmão biológico de Jesus reforça a historicidade de ambos, alinhando-se com tradições paulinas e outros registros cristãos primitivos.

Outro testemunho relevante provém de Tácito, historiador romano do século II, que em seus *Anais* (15.44) relata a perseguição dos cristãos por Nero após o incêndio de Roma. Tácito afirma que o nome “cristãos” deriva de Cristo, que havia sido executado durante o reinado de Tibério, por ordem de Pôncio Pilatos. A crítica de Tácito aos cristãos, escrita de forma hostil, reforça a autenticidade e independência do relato, pois não há motivação para favorecer a narrativa cristã:

Assim, para fazer calar o rumor, Nero criou bodes expiatórios e submeteu às torturas mais refinadas aquele povo chamado de cristãos, odiado por seus crimes abomináveis. Seu nome deriva de Cristo, que durante o reinado de Tibério tinha sido executado por Pôncio Pilatos" (Tácito, 1967, *Anais* 15:44)

Embora nem Josefo nem Tácito tenham escrito de forma contemporânea à vida de Jesus, a simples menção a um pregador marginal da Galileia por historiadores respeitados da Antiguidade é significativa. Registros detalhados de indivíduos comuns eram raros, geralmente reservados a reis, nobres ou líderes religiosos, de modo que o aparecimento de Jesus em fontes externas indica o impacto duradouro de seu movimento.

Além das fontes externas, tradições cristãs independentes fornecem evidências adicionais. As cartas paulinas autênticas, datadas entre 50 e 60 d.C., são os documentos mais antigos do cristianismo. Paulo não detalha a vida de Jesus, mas menciona fatos históricos importantes, como a crucificação, a descendência judaica e a relação de Jesus com Tiago, “irmão do Senhor” (Paulo, c. 50-60 d.C.; Meier, 1991). Outra evidência é a Fonte Q, uma coleção hipotética de ditos de Jesus reconstruída a partir das semelhanças entre os evangelhos de Mateus e Lucas, datando de aproximadamente 50 d.C. (Kloppenborg, 1987).

A convergência de fontes externas e internas, historiadores judeus e romanos, cartas paulinas e tradições independentes como a Fonte Q, permite um quadro robusto para reconstruir a figura histórica de Jesus. A análise crítico-histórica evidencia que, mesmo com interpolações ou possíveis exageros teológicos, há um núcleo histórico plausível: Jesus existiu, foi executado

durante o governo de Pilatos, e suas ações deram origem ao movimento cristão que se expandiu rapidamente pelo mundo mediterrâneo.

A tabela abaixo também ilustra quais são as principais fontes cristãs sobre Jesus no século I e sua datação:

Tabela 1 – Principais Fontes cristãs sobre Jesus no século I

TEXTO	DATA
Cartas paulinas autênticas	50 – 60 d.C.
Fonte Q (reproduzida em Mateus e Lucas)	50 d.C.
Primeira redação do Evangelho de Tomé	50 d.C.
Marcos	66 – 70 d.C.
Mateus (dependente de Marcos e Q)	85 d.C.
Lucas (dependente de Marcos e Q)	85 d.C.

A Tabela 1 apresenta as principais fontes cristãs do século I que atestam a figura histórica de Jesus. Observa-se que algumas dessas fontes, como as cartas paulinas autênticas e a Fonte Q, são consideradas independentes e anteriores aos evangelhos sinópticos, o que lhes confere grande relevância para estudos históricos.

As cartas paulinas, datadas entre 50 e 60 d.C., fornecem as primeiras evidências escritas sobre Jesus e sua comunidade, enquanto a Fonte Q, suposta coletânea de ditos de Jesus, também remonta à mesma época e evidencia tradições orais circulantes. Os evangelhos de Marcos, Mateus e Lucas, embora posteriores e interdependentes, complementam essas tradições, registrando aspectos narrativos e teológicos sobre a vida e os ensinamentos de Jesus.

É importante destacar que, apesar de alguns historiadores apresentarem preconceito em relação à documentação cristã, uma abordagem histórico-crítica séria deve avaliar essas fontes sem viés. Tradições independentes, especialmente quando corroboradas por múltiplos documentos, oferecem um suporte significativo à existência histórica de Jesus, constituindo evidência múltipla e coerente de sua historicidade.

CONCLUSÃO

Embora a Teoria Miticista levante questionamentos sobre a historicidade de Jesus, a análise das evidências históricas demonstra que a ausência de registros contemporâneos diretos ou a presença de elementos míticos nos Evangelhos não são suficientes para negar sua existência. Os aspectos míticos associados à figura de Jesus não excluem a possibilidade de um núcleo histórico real, e os textos evangélicos, mesmo com intenções teológicas e apologéticas,

preservam informações sobre um Jesus histórico que inspirou o movimento cristão.

A tese de que Jesus seria exclusivamente uma figura mitológica celestial se mostra frágil diante das evidências internas e externas. As cartas paulinas indicam que Paulo acreditava em Jesus como uma pessoa real, que nasceu, viveu e morreu como humano, enquanto referências a familiares, como Tiago, reforçam a existência de relações históricas concretas. Além disso, interpretações que associam o surgimento do cristianismo a experiências visionárias ou alucinatórias demonstram um viés anacrônico e preconceituoso de classificar experiências religiosas como psicopatológicas.

Fontes externas, como os relatos de historiadores judeus e romanos, com Josefo e Tácito, fornecem testemunhos independentes e confiáveis sobre Jesus e seu impacto. Mesmo que não sejam contemporâneos de sua vida, a menção de um pregador marginal do primeiro século em obras de historiadores renomados é notável e reforça a credibilidade de sua existência. Paralelamente, tradições cristãs independentes, como as cartas paulinas e coleções de ditos de Jesus (Q), oferecem múltiplas atestações que confirmam sua presença histórica e a propagação de seu ensino entre as comunidades do período.

Assim, é possível concluir, contra a tese de Carrier, que Jesus de Nazaré foi, de fato, uma figura histórica, cuja vida e ministério deram origem a um movimento religioso que se expandiu rapidamente pelo mundo mediterrâneo. Apesar de elementos míticos e teológicos terem se incorporado à narrativa ao longo do tempo, o conjunto de evidências permite reconstruir, com segurança razoável, o núcleo histórico de sua existência, consolidando-o como líder religioso real e influente do século I.

REFERÊNCIAS

ATWILL, Joseph. **Caesar's Messiah: The Roman Conspiracy to Invent Jesus**. Createspace, 2011.

CARRIER, Richard. **On the Historicity of Jesus: Why We Might Have Reason for Doubt**. Sheffield: Sheffield Phoenix Press, 2014.

DOHERTY, Earl. **The Jesus Puzzle: Did Christianity Begin with a Mythical Christ?** Ottawa: Age of Reason Publications, 2005.

EHRMAN, Bart D. **Jesus: Apocalyptic Prophet of the New Millennium**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HELMS, Randel. **Gospel Fictions**. Prometheus Books, 1988.

JERÔNIMO. **Commentarii in Matthaeum**. Roma: Patrologia Latina, vol. 26, p. 383.

JOSEPHUS, Flavius. **Antiquities of the Jews**. In: WHISTON, W. *The works of Josephus: complete and unabridged*. Peabody: Hendrickson, 1996.

12

KLOPPENBORG, John S. **The Formation of Q: Trajectories in Ancient Wisdom Collections**. Philadelphia: Fortress Press, 1987.

LAW, Stephen. **Evidence, Miracles, and the Existence of Jesus**. *Faith and Philosophy*, v. 28, n. 2, p. 129-151, 2011.

MEIER, John P. **A Marginal Jew: Rethinking the Historical Jesus. Vol. 1: The Roots of the Problem and the Person**. New York: Doubleday, 1991.

PRICE, Robert M. **The Christ-Myth Theory and Its Problems**. Cranford: American Atheist Press, 2011.

SANDERS, E. P. **The Historical Figure of Jesus**. London: Penguin Books, 1993.

TÁCITO. **Anais**. Rio de Janeiro: F. diouro, 1967. [Tradução de Leopoldo Pereira].

THEISSEN, Gerd. **O Jesus histórico: Um manual**. 1. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2002.

ZEITGEIST: The Movie. Direção: Peter Joseph. [S.l.]: GMP LLC, 2007. Disponível em: <https://zeitgeistmovie.com/watch/>. Acesso em: 18 ago. 2025.